Secretaria de Estado de Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEFAZ Nº 750 DE 08 DE JANEIRO DE 2025

ALTERA A RESOLUÇÃO SEFAZ Nº 578 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso II, do Parágrafo Único, do art. 148 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, e o disposto no Processo nº SEI-040006/049716/2024;

RESOLVE:

Art. 1º - O inciso II e o §2º do art. 4º da Resolução SEFAZ nº 578, de 08 de novembro de 2023, passam a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

II - na hipótese de os processos já protocolados não possuírem as informações demonstradas no formato definido no leiaute mencionado no inciso I, fica estabelecido o prazo de 270 (duzentos e setenta) dias, a contar da entrada em vigor desta Resolução, para sua regularização e apresentação desse arquivo junto à SEFAZ, anexando-o ao processo administrativo já existente ou ao que será protocolado;

(...)

§ 2º - Atendidas as exigências estipuladas nos incisos I e II do caput deste artigo, o titular da repartição fiscal de vinculação do contribuinte emitirá parecer, atestando que o contribuinte cumpriu os pré-requisitos previstos neste artigo, e, caso efetivamente constatados valores a serem restituídos, deferirá o aproveitamento do crédito, cujo montante, constituído do valor principal e da correção monetária, será escriturado na EFDICMS/IPI, no Registro 1200, com o código RJ091223, para controle do seu aproveitamento, na forma prevista no § 3º, a partir do primeiro mês subsequente àquele em que o contribuinte teve ciência da decisão proferida.

(...)"

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 08 de janeiro de 2025

LEONARDO LOBO PIRES
Secretário de Estado de Fazenda

Id: 2619648

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEFAZ Nº 751 DE 08 DE JANEIRO DE 2025

ESTABELECE AS COMPETÊNCIAS E SIGLAS/CODIFICAÇÕES DOS ÓRGÃOS DA SUBSECRETARIA DO TESOURO, A VIGORAREM ENQUANTO NÃO ATUALIZADO O REGIMENTO INTERNO DA SEFAZ.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a necessidade de consolidação e divulgação das competências da Subsecretaria Geral de Fazenda enquanto não editada e publicada a atualização completa do Regimento da SEFAZ em decorrência das alterações promovidas por decretos recentes, em especial o Decreto nº 49.369, de 11 de novembro de 2024 (88395820), e considerando o contido no Processo nº SEI-040001/000920/2024;
RESOLVE:

Art. 1º - Ficam estabelecidas, conforme Anexo I a esta Resolução, as competências e siglas/codificações dos órgãos da Subsecretaria do Tesouro, a vigorarem até que o Regimento Interno da SEFAZ seja atualizado e consolidado com as alterações promovidas pelos Decretos nº 48.360, de 7 de fevereiro de 2023, nº 48.659, de 24 de agosto de 2023, nº 48.893, de 11 de janeiro de 2024, Decreto nº 49.369, de 11 de novembro de 2024 e por outros porventura existentes.

Art. 2º - Em face da presente Resolução, revoga-se a Resolução SEFAZ nº 433, de 08 de setembro de 2022.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 08 de janeiro de 2025

LEONARDO LOBO PIRES
Secretário de Estado de Fazenda

ANEXO

AO REGIMENTO INTERNO DA SEFAZ
SUBSECRETARIA DO TESOURO

CAPÍTULO I
DA ESTRUTURA

Art. 1º - A estrutura da Subsecretaria Geral de Fazenda é a seguinte:

Órgão conforme disposto no Item II do Decreto n.º 49.369/2024	Sigla / Codificação
6 - Subsecretaria Geral de Fazenda	SUBTES
6.1 - Assessoria Técnica	ASSTTES
6.2 - Escritório de Projeto	ESCPROJ
6.3 - Subsecretaria Adjunta de Finanças	SUBAFIN
6.3.1 - Superintendência de Gestão de Obrigações	SUPGO
6.3.1.1 - Coordenadoria de Encargos Gerais	COOEGOE
6.3.1.2 - Coordenadoria de Gestão de Obrigações	COOGO
6.3.1.3 - Coordenadoria de Assessoramento Técnico e Jurídico	COOAJUR
6.3.1.4 - Coordenadoria de Precatório	COOPRE
6.3.1.5 - Coordenadoria de Controle e Execução do Pagamento da Dívida	COOEPAD
6.3.2 - Superintendência de Gestão de Caixa	SUPGEC
6.3.2.1 - Coordenadoria de Planejamento e Gestão do Caixa	COOEPLAG
6.3.2.2 - Coordenadoria de Planejamento e Investimento	COOPLAIN
6.3.2.3 - Coordenadoria de Apoio à Gestão do Fundo Soberano	COOAGFS
6.3.3 - Superintendência de Atendimento e Execução Financeira	SUPAEF
6.3.3.1 - Coordenadoria de Pagamento	COOPGTO
6.3.3.2 - Coordenadoria de Obrigações Constitucionais e Legais	COOOBCL
6.3.3..3 - Coordenadoria de Movimentação Financeira e Relacionamento Institucional	COOMFRI
6.3.4 - Superintendência de Contabilidade e Conciliação	SUPCONC
6.3.4.1 - Coordenadoria de Contabilidade e Controle	COOCONC
6.3.4.2 - Coordenadoria de Controle e Conciliação Bancária	COOCCB
6.3.4.3 - Coordenadoria de Conciliação de Receita	COOCR
6.4 - Subsecretaria Adjunta de Política Fiscal	SUBAPOF
6.4.1 - Superintendência de Acompanhamento da Receita Pública	SUPARP
6.4.1.1 - Coordenadoria de Projeções de Receitas Tributárias e de Transferências	COOPRTT
6.4.1.2 - Coordenadoria de Projeções de Receitas de Royalties e Participações	COOPRPR
6.4.2 - Superintendência de Acompanhamento da Despesa Pública	SUPADESP
6.4.2.1 - Coordenadoria de Análise e Estudos Técnicos da Despesa	COOAETED
6.4.2.2 - Coordenadoria de Acompanhamento e Controle de Gastos Públicos	COOACGP
6.4.3 - Superintendência de Acompanhamento Fiscal	SUPAFIS
6.4.3.1 - Coordenadoria de Gestão da Dívida	COOGED
6.4.3.2 - Coordenadoria de Assessoramento Técnico ao Regime de Recuperação Fiscal	COOATRRF

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS

Art. 2º - Compete à Subsecretaria do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro:

I - supervisionar, controlar, avaliar e integrar as atividades relativas ao Tesouro do Estado;

II - assessorar e subsidiar o Titular da Pasta em assuntos relacionados à gestão financeira e à política fiscal do Estado;

III - gerenciar as ações no tocante à gestão financeira e à política fiscal do Estado;

IV - supervisionar o relacionamento do Tesouro do Estado com as instituições financeiras;

V - promover a elaboração da programação financeira mensal e anual do Tesouro Estadual;

VI - elaborar, acompanhar e avaliar os programas inerentes a Subsecretaria; e

VII - exercer outras atividades delegadas pelo Titular da Pasta no que concerne às questões inseridas no âmbito de sua competência.

Seção I
Da Assessoria Técnica da Subsecretaria do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro

Art. 3º - Compete à Assessoria Técnica da Subsecretaria do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro:

I - assessorar tecnicamente a Subsecretaria do Tesouro, na tomada de decisões no exercício de suas funções;/

II - analisar, prestar assessoramento e dar encaminhamento às demandas de consultoria e assessoramento técnico direcionadas à Subsecretaria do Tesouro;/

III - emitir manifestações e pareceres em processos administrativos que envolvam a gestão fiscal e financeira do Estado;/

IV - elaborar minutas de informações a serem prestadas junto ao Poder Judiciário, Ministério Público e demais órgãos de controle interno e externo, em razão de questionamentos direcionados à Subsecretaria do Tesouro;

V - elaborar ofícios, correspondências internas e informações a serem encaminhadas pelo Subsecretário do Tesouro;

VI - elaborar minutas de textos legais e infra legais referente a assuntos afetos à Subsecretaria do Tesouro;/

VII - promover análise e pesquisas e elaborar os artefatos técnicos a subsidiarem contratações afetas à Subsecretaria do Tesouro;

VIII - elaborar documentos técnico referente às necessidades da Subsecretaria do Tesouro que integrarão o planejamento orçamentário da Secretaria de Estado de Fazenda;

IX - gerenciar os portais da Subsecretaria do Tesouro e de Recursos do Petróleo, conferindo suporte a sua navegação, esclarecendo dúvidas acerca do conteúdo divulgado ou direcionando o usuário ao canal apropriado para a obtenção de informação pública;/

X - estudar e sugerir medidas que aumentem a transparência do Tesouro Estadual, bem como colaborar com as avaliações e indicadores que o Estado do Rio de Janeiro seja submetido;/

XI - participar de grupos de estudos e de trabalho no âmbito das diferentes esferas governamentais, para o aprimoramento da transparência fiscal do Estado;/

XII - consolidar esforços no processo de gestão de riscos, especialmente no que se refere a análise, identificação, mapeamento, avaliação dos riscos dos processos e monitoramento dos níveis de efetividade das medidas de controle implementadas no âmbito da Subsecretaria do Tesouro; /

XIII - exercer a gestão do SIAFE-Rio, especialmente no que tange ao monitoramento, controle, realização de testes, identificação de falhas dos produtos relacionados à Subsecretaria do Tesouro;

XIV - promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto do contrato do SIAFE-Rio, sob aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro as falhas detectadas, promovendo-se às anotações e registros de todas as ocorrências junto à Comissão de Fiscalização, com comunicação e notificação à empresa; /

XV - fornecer apoio técnico no que tange à gestão administrativa da Subsecretaria do Tesouro; e

XVI - exercer outras atividades que lhe forem delegadas.
Art. 4º - Compete ao Escritório de Projetos da Subsecretaria do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro:/

I - desenvolver o mapeamento, a melhoria e gestão de processos da Subsecretaria do Tesouro;

II - promover um ambiente intensivo em conhecimento e favorável à transformação digital e a automatização de processos;

III - assessorar o Subsecretário(a) do Tesouro no gerenciamento do Portifólio de Projetos da Subsecretaria, em linha com planejamento estratégico da Secretaria de Estado de Fazenda;/

IV - promover a metodologia e implantar a infraestrutura necessária ao gerenciamento ágil de projetos no âmbito da Subsecretaria do Tesouro;

V - elaborar, acompanhar e avaliar os projetos inerentes à Subsecretaria a partir de métodos ágeis;

VI - aplicar as ferramentas e técnicas de gerenciamento ágil de projetos, disseminando práticas e exercendo apoio técnico e metodológico às equipes envolvidas e à gestão;

VII - facilitar o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais visando a formação de equipes de alta performance; e

VIII - exercer outras atividades que lhe forem delegadas./

Seção II
Da Subsecretaria Adjunta de Finanças

Art. 5º - Compete à Subsecretaria Adjunta de Finanças:

I - gerenciar as ações no tocante à gestão financeira do Estado;

II - dirigir a elaboração da programação financeira mensal e anual do Tesouro Estadual;

III - subsidiar e propor à gestão superior ações relacionadas à melhor gestão financeira do Tesouro Estadual;

IV - gerenciar as atividades de movimentação dos recursos financeiros estaduais, monitorando o recolhimento das receitas e o controle das disponibilidades;

V - fornecer às áreas responsáveis as informações necessárias à elaboração das propostas de Lei de Diretrizes Orçamentárias, de Lei Orçamentária Anual e do Plano Plurianual de Investimentos, nos limites de sua competência;

VI - gerenciar a Conta Única do Tesouro Estadual, bem como de todas as contas vinculadas ao CNPJ do Estado do Rio de Janeiro;

VII - gerenciar o recolhimento dos recursos não oriundos de impostos;

VIII - administrar os encargos gerais do Estado;

IX - gerir os fundos e os programas oficiais que estejam sob sua responsabilidade, avaliando e acompanhando os eventuais riscos fiscais;

X - estruturar e acompanhar a implantação e execução das ações necessárias à regularização de obrigações financeiras do Estado, inclusive daquelas assumidas em decorrência de lei, de contratos, convênios ou outros instrumentos equivalentes; e

XI - supervisionar o relacionamento do Tesouro Estadual junto à Instituições Financeiras.

Subseção I
Da Superintendência de Gestão de Obrigações e suas coordenadorias vinculadas

Art. 6º - Compete à Superintendência de Gestão de Obrigações:

I - no que tange aos temas técnicos e jurídicos afetos a esta Superintendência:

a) Supervisionar encaminhamento processual às determinações judiciais Trabalhistas e Cíveis referentes a bloqueio de créditos em mãos próprias e de terceiros;
b) Acompanhar o controle e restituição dos depósitos recursais e à execução das cartas de fianças bancárias;
c) Supervisionar a análise dos processos de cauções e fianças;
d) Gerenciar a execução orçamentária e extraorçamentária das despesas das unidades gestoras: Encargos Gerais do Estado - SEFAZ; Encargos Gerais do Estado - Condenações Judiciais; Encargos Gerais do Estado - Dívida Pública do Estado;
e) Acompanhar a movimentação das cotas do Fundo de Privatização do Estado; e
f) Coordenar a gestão das obrigações a cargo do Tesouro Estadual;

II - no que tange à execução de procedimentos relacionados a Encargos Gerais do Estado, supervisionar a movimentação orçamentária e a confecção de Programação de Desembolso (PD), referente ao controle de pagamento do programa de parcelamento e Pagamentos do Estado do Rio de Janeiro de Restos a Pagar Processados;

III - no que tange à gestão de obrigações:

a) Acompanhar e controlar as Reservas Monetárias das contas garantidoras denominadas Contas "A", "B" e "B1";
b) Supervisionar o controle e a movimentação dos recursos patrimoniais dos órgãos, referente aos saldos remanescentes oriundos do Fundo da Dívida Pública;
c) Auxiliar no controle e na movimentação dos recursos patrimoniais referentes à Cota do Fundo de Privatização e Depósitos Recursais;

IV - no que tange ao Controle e Execução do Pagamento da Dívida da Administração Direta e Indireta:

a) Supervisionar o cálculo do estoque e do serviço a pagar da Dívida Pública da Administração Direta;
b) Supervisionar os procedimentos para a movimentação orçamentária referente ao controle de pagamento dos valores devidos de principal, juros e encargos dos contratos da Dívida pública da Administração Direta;
c) Supervisionar a elaboração do fluxo financeiro da Dívida Pública da Administração Direta;
d) Supervisionar a elaboração dos relatórios da Dívida Pública da Administração Direta de acordo com a legislação vigente;
e) Supervisionar as informações prestadas pelas Entidades da Administração Indireta no que a Dívida Pública;
f) Supervisionar a elaboração dos relatórios e demonstrativos da Dívida Pública da Administração Direta e Indireta para acompanhamento do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF); e

Impresa Oficial DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 10 de Janeiro de 2025 às 07:26:53 -0200.